



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009728-26.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **ROBERTA CARVALHO PEREIRA CAMPOS**
Requerido: **Tim Celular S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ser detentora de linha telefônica móvel junto à ré, mas os serviços não são fornecidos de forma regular tendo em vista constantes interrupções do sinal.

Requer a condenação da ré no restabelecimento dos serviços.

A ré em contestação não refutou a existência de contrato com a autora, mas ressaltou que as interrupções da linha da autora são decorrente no atraso dos pagamentos das faturas, os quais ultrapassam os trinta dias.

Com efeito, o documento de fl. 02/03 atestam que os pagamentos aconteceram com atrasos.

Fica claro com isso que nada indica que a ré agiu

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

de forma irregular.

A autora por sua vez, mudou de endereço sem informar o juízo, deixando de produzir outros elementos que pudessem levar a ideia de que a ré tivesse agido na forma como ela preconizou.

A conjugação desses elementos conduz à rejeição da postulação vestibular, não se extraindo dos autos lastro consistente para estabelecer a certeza de que a ré incidiu em falha passível de correção pela via eleita.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fl. 04/05, item 1.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 23 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**